FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Licenciatura 2020/2021

Unidade curricular

Direito Internacional Público II — *Direito Internacional do Mar* (4.º ano, S1, Turma Noite)

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca 4 horas semanais: aulas teóricas + 1 subturma)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

---

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O Direito Internacional do Mar é um dos mais antigos ramos do Direito Internacional Público, como muitas vezes destacado, mas também um dos mais importantes na actualidade. Sem descurar a sua importância para Portugal (bem mais de metade do comércio marítimo europeu passa pelos nossos mar territorial e zona económica exclusiva, e sendo enorme o potencial de exploração de recursos marinhos), o Direito Internacional do Mar constitui uma disciplina jurídica fundamental para uma grande parte das questões internacionais do nosso tempo: a liberdade de navegação marítima, nuclear para o comércio internacional e para a manutenção da paz; a exploração e conservação de recursos escassos, vivos e não vivos, entre os quais se contam os energéticos; a investigação científica. E tais questões são afectadas por problemas a que o Direito Internacional do Mar pretende também dar resposta: a pirataria, o esgotamento dos ecossistemas, as disputas entre Estados na delimitação da sua soberania e jurisdição sobre espaços marítimos, entre tantos outros.
O objectivo da disciplina de Direito Internacional do Mar é dotar os alunos dos conceitos fundamentais à compreensão de tais questões e problemas, e de conhecimentos técnicos gerais que lhes permitam mover-se na resolução dos mesmos.

Conteúdos programáticos

I. O Direito Internacional do Mar
- I.1. Evolução histórica
- I.2. Fontes
- I.3. Funções
- I.4. Conceitos fundamentais

I. Espaços marítimos e seu regime fundamental
- II.1. Espaços marítimos sob jurisdição nacional
  - II.1.1. Águas interiores
  - II.1.2. Mar territorial
  - II.1.3. Estreitos internacionais
  - II.1.4. Águas arquipelágicas
  - II.1.5. Zona contígua
  - II.1.6. Zona económica exclusiva
  - II.1.7. A plataforma continental
- II.2. Espaço marítimos além da jurisdição nacional
  - II.2.1. Alto mar
  - II.2.2. Área
- II.3. A delimitação dos espaços marítimos

I. A liberdade de navegação e suas restrições
- III.1. Evolução histórica
- III.2. A passagem inofensiva pelo mar territorial
- III.3. A questão dos estreitos e das águas arquipelágicas

III.4. A zona económica exclusiva
III.5. O alto mar
V. A exploração e conservação de recursos marinhos
IV.1. Aspectos gerais
IV.2. A exploração e protecção dos recursos vivos
IV.3. A conservação da biodiversidade
IV.4. Recursos não-vivos
V. Investigação científica
V.1. Espaços marítimos e investigação científica
V.2. A cooperação internacional
V.3. A transferência de tecnologia
I. Paz e segurança no mar
VI.1. Pirataria
VI.2. Actuações contra a segurança da navegação
VI.3. Movimentações militares
I. Resolução de controvérsias
VII.1. A resolução de controvérsias na CNUDM
VII.2. O Tribunal Internacional do Direito do Mar
I. A governação dos oceanos

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos estão organizados de modo a permitir aos alunos uma aquisição progressiva e integrada dos objetivos programados. O programa da unidade curricular procura fornecer aos Estudantes ferramentas substantivas e adjetivas do ramo do Direito Internacional do Mar.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A metodologia de ensino consiste, essencialmente, em aulas teóricas e práticas, promovendo-se e incentivando- se a participação dos alunos, designadamente no comentário crítico a hipóteses colocadas, no sentido da adequação do conteúdo da disciplina a situações da vida.
Sendo necessário acautelar a eventualidade de ensino não presencial (pelo menos, parcialmente), há que distinguir:
Ensino presencial:
Nas aulas práticas serão realizadas as seguintes tarefas:
- análise de jurisprudência;;
- solução de hipóteses práticas;
- apresentação de pequenas exposições orais por parte dos Alunos, quando solicitadas;
- apresentação de simulações.

A avaliação será feita de acordo com o regulamento de avaliação da Faculdade em vigor, tendo em conta: (i) as participações orais dos Estudantes em unidade de avaliação (30%); (ii) o teste escrito de 50 minutos em data a acordar com os Estudantes (40 %); (iii) simulação (30%).
Os Estudantes poderão dispensar do exame final com a nota de avaliação de 10 (dez) valores.
Ensino não presencial:
Aulas teóricas:

- Pré-gravadas através da plataforma Educast e disponibilizadas aos alunos.
- No email que procede ao envio dos links Educast é indicada bibliografia (c/ páginas) para a aula em causa e para a seguinte.

Aulas práticas:

- Ficam sem efeito a simulação e o teste programados.
- A avaliação será feita através de trabalhos — casos práticos e solicitações de comentários — nos termos seguintes:
    - No final de cada semana (em regra, à sexta-feira), os alunos receberão, alternadamente, um caso prático ou uma solicitação de comentário (uma frase / ideia ou de um aspeto particular de um acórdão ou afim) a realizar durante a semana seguinte.

- As respostas serão submetidas por escrito ao docente das aulas práticas via email, até à quinta-feira seguinte (23:59).
- As respostas (tanto aos casos, como os comentários) têm limite de 700 palavras.
- Os tópicos de correção dos casos / comentários serão depois disponibilizados pelo docente.

- Todos os trabalhos entregues terão o mesmo peso percentual na ponderação final da nota, sendo atribuído "0" por cada trabalho não entregue.
- Quando relevante e possível, os casos / solicitações de comentário serão acompanhados de alguns elementos (artigos ou acórdãos) que permitam colmatar a distância face aos meios disponíveis.
- Uma vez por semana, cada subturma terá uma sessão de esclarecimentos com o respetivo docente através da plataforma que for acordada pelo mesmo com os seus alunos, no horário que for determinado por aquele.
- A avaliação dos alunos de Erasmus segue o mesmo sistema. Serão traduzidos os casos / solicitações de comentário / tópicos de correção quando tal for necessário. Os alunos poderão escrever na língua que for acordada com o docente.

Os Estudantes poderão dispensar do exame final com a nota de avaliação de 10 (dez) valores.
Todos os trabalhos entregues terão o mesmo peso percentual na ponderação final da nota, sendo atribuído "0" por cada trabalho não entregue.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia de ensino (avaliação incluída) visa a aplicação a situações concretas de modelos teóricos adquiridos, bem como a demonstração da aquisição desses mesmos modelos através da demonstração de capacidades de raciocínio teórico-prático.

Bibliografia principal

ANDREONE, Gemma (ed.), *The Future of the Law of the Sea*, Springer, 2017.

BASTOS, Fernando Loureiro, *A Internacionalização dos Recursos Naturais Marinhos*, AAFDL, Lisboa, 2005.

BASTOS, Fernando Loureiro, "Os modelos de governação dos Oceanos e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar", *Direito & Política*, 2, 2013, pp. 6-21.

BASTOS, Fernando Loureiro, *Direito Internacional do Mar. Guia de Estudo*, AAFDL, 2017.

CASTILLO, Lilian del (ed.), *Law of the Sea, From Grotius to the International Tribunal for the Law of the Sea — Liber Amicorum Judge Hugo Caminos,* Brill / Nijhoff, 2015.

CHURCHILL, Robin / LOWE, Alain, *The Law of the Sea*, 3.ª ed., Manchester University Press, 1999.

DEL VECCHIO, Angela / VIRZO, Roberto (eds.), *Interpretations of the United Nations Convention on the Law of the Sea by International Courts and Tribunals,* Springer, 2019.

FONSECA, Rui Guerra da / RAIMUNDO, Miguel Assis, *Direito Administrativo do Mar*, Almedina, Coimbra, 2014 (reimp. 2016).

GAVOUNELI, Maria, *Functional Jurisdiction in the Law of the Sea,* Martinus Nijhoff Publishers, 2007.

GOMES, Carla Amado, "A protecção internacional do ambiente na Covenção de Montego Bay", in *Estudos em Homenagem à Professor Doutora Magalhães Collaço*, Coimbra, Almedina, pp. 695-724.

GUEDES, Armando Marques, *Direito do Mar*, 2.ª Ed., Coimbra Ed., 1998.

HARRISON, James, *Making the Law of the Sea*, Cambridge Univ. Press, 2011.

OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques, *Direito do Mar*, Almedina, Coimbra, 2008.

QUADROS, Fausto / OTERO, Paulo / GOUVEIA, J. Bacelar, *Portugal e o Direito do Mar*, MNE, Lisboa, 2004.

ROTHWELL, Donald R. / STEPHENS, Tim, *The International Law of the Sea*, 2.ª ed., Hart Publ., 2016.

ROTHWELL, Donald R. / STEPHENS, Tim, *The Oxford Handbook of the Law of the Sea,* Oxford University Press, 2015.

SILVA, José Luís Moreira da, *Direito do Mar (sumários desenvolvidos. II)*, AAFDL, Lisboa, 2003.

SILVA, Paula Costa e, "A resolução de controvérsias na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar", in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Marques Guedes*, Coimbra Ed., Coimbra, 2004, pp. 541-602.

_____, *Dois Textos de Direito do Mar*, AAFDL, Lisboa, 1999.

TANAKA, Yoshifuma, *The International Law of the Sea*, 3.ª ed., Cambridge Univ. Press, 2019.

VINCENT, Philippe, *Droit de la mer*, Larcier, 2008.

Outras indicações bibliográficas serão tematicamente fornecidas nas aulas.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Course Law graduation 2020/2021

Curricular unit

International Law II — International Law of the Sea

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Prof. Rui Guerra da Fonseca (PhD) (4 hrs./week)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

----

Learning outcomes of the curricular unit

International Law of the Sea is one of the oldest branches of Public International Law, as often pointed out, but also one of the most important in present day. Not neglecting its importance for Portugal (more than half of European maritime commercial traffic passes through our territorial sea and exclusive economic zone, being enormous our potential of exploitation of marine resources), the Law of the Sea is a fundamental body of rules dealing with a big portion of our times' international matters: the freedom of the seas, at the core of international commerce and peace maintenance; exploitation and conservation of resources, living and non-living, and among the latter the energetic ones; scientific research. And these matters are affected by problems aimed by the Law of the Sea: piracy, ecosystems' exhaustion, States' disputes on maritime delimitation (sovereignty and jurisdiction), among so many others.
The course intends to provide students with the fundamental concepts to understand those matters and problems, as well as general technical legal instruments to approach their resolution.

FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Syllabus

I. The International Law of the Sea
I.1. History
I.2. Sources
I.3. Functions
I.4. Core concepts
II. Maritime spaces
II.1. Maritime spaces under national jurisdiction
II.2. Maritime spaces under beyhond national jurisdiction
II.3. Delimitation dos espaços marítimos
III. Freedom of navigation
IV. Marine resources
V. Scientific investigation
VI. Peace and security at sea
VII. Controversies
VIII. Oceans' governance

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

Syllabus intends to allow students to acquire the objectives in an integrated and progressive way.

Teaching methodologies (including evaluation)

Methodology consists in traditional and practical classes, promoting students' participation and critic approach, connecting the academic orientation to real life situations. Evaluation according to the Faculty's Regulation.

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

Methodology (including evaluation) seeks the application of theoretical models, and the demonstration of their acquisition in practical contexts, considering their level of relevance, and the inclusion of the course in law graduation curriculum.

Main Bibliography

- *See above in the portuguese section.*

Other thematic references will be provided in class.

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.